

AMASSANDO À MASSA: BASTIDORES DA MÍDIA, PODER POLÍTICO FAMILIAR E DEMOCRACIA

Sylvana Kelly Marques da Silva Laibida¹
Cassia Nataline Fioravante²
Luiz Demétrio Janz Laibida³
Priscilla Cidral da Costa⁴

Resumo: Este artigo analisa a abrangência e os efeitos do capital midiático familiar nas instituições de poder político, tomando como objeto de estudo o Grupo Massa. A ênfase está no levantamento de um debate teórico sobre os meios de comunicação, concomitante a compreensão das consequências do monopólio midiático no Brasil e à sua influência no ambiente político, salientando a interferência da esfera privada na esfera pública por meio de formas de dominação e da imposição de limites à democracia. A metodologia genealógica, com apoio da prosopografia, em conexão com o debate crítico utilizado como recurso explicativo é central na identificação dos interesses, comportamentos e valores dos indivíduos pesquisados e das implicações dessa relação na dinâmica política. Inclui-se análises bibliográficas e documentais. O Grupo Massa, um dos maiores grupos de comunicação do país, é marcado por uma prosopografia familiar conservadora e personalista, o controle familiar sobre os meios de comunicação é estrategicamente utilizado para garantir arranjos políticos voltados aos interesses dos proprietários. O que contribui para a ampliação de uma mentalidade reacionária e para o fortalecimento de uma cultura política dissociada dos interesses coletivos, homogeneizando significativamente a opinião pública e impondo restrições ao avanço democrático, uma vez que quem é dono da voz dos fatos é quem impõe o seu poder na história.

Palavras-chaves: Família. Mídia. Poder Político. Prosopografia. Grupo Massa.

KNEADING THE MASSAS': BEHIND THE SCENES OF MÍDIA, FAMILY POLITICAL POWER AND DEMOCRACY

Abstract: This paper examines the scope and effects of family media capital on political power institutions, taking the Massa Group as its object of study. The emphasis is on raising a theoretical debate about the media, concomitantly with the understanding of the consequences of the media monopoly in Brazil and its influence on the political environment, highlighting the interference of the private sphere in the public sphere through forms of domination and the imposition of limits on democracy. The genealogical methodology, supported by prosopography, in connection with the critical debate used as an explanatory resource, is central to the identification of the interests, behaviors and values of the individuals studied and the implications of this relationship on political dynamics. Bibliographic and documentary analyses are included. The Massa Group, one of the largest media groups in the country, is marked by a conservative and personalistic family prosopography;

¹ Pós-doutorado em Sociologia/UFPR. Doutora em Ciências Sociais/UFRN. Professora Adjunta na Universidade Federal do Maranhão. E-mail: sylvana.kelly@ufma.br

² Graduada em direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2016); graduada em Relações Públicas pela Universidade Estadual de Londrina (2022) e pós graduada em Gestão Pública pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2024). E-mail: cassianfioravante@gmail.com

³ Doutor em Sociologia/UFPR. Professor de Sociologia do Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED-PR). E-mail: luizdemetrio10@gmail.com

⁴ Professora da Rede Estadual de Educação do Estado do Paraná (SEED/PR), Mestre em Sociologia (UFPR); Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (PPGSOCIO), Curitiba, PR, Brasil. Contato: costacidralpriscilla@gmail.com

family control over the media is strategically used to guarantee political arrangements geared towards the interests of the owners. This contributes to the expansion of a reactionary mentality and the strengthening of a political culture dissociated from collective interests, significantly homogenizing public opinion and imposing restrictions on democratic advancement, since those who own the voice of the facts are the ones who impose their power on history.

Key-words: Family. Political Power. Genealogy. Prosopography. Massa Group.

Introdução

Os meios de comunicação no Brasil, denominados por mídias, têm um viés singular e específico: são oligopolizados, patrimonialistas e controlados por famílias. Essa estrutura concentra o poder em poucas mãos, permitindo-lhes o exercício significativo da influência pública sobre os eventos políticos, econômicos e culturais (SERRANO, 2010). Em particular, no Paraná, a família Massa representa um exemplo desse fenômeno, destacando-se tanto pelo controle de um dos maiores conglomerados midiáticos do Brasil quanto no domínio crescente na esfera política.

Os meios de comunicação, longe de ser neutros, carregam intencionalidades que moldam percepções e comportamentos. O controle midiático nas mãos de poucos grupos familiares, gera efeitos diretos sobre a democracia e perpetua uma hegemonia discursiva. Diversos estudiosos apontam como os veículos de mídia promovem direcionamentos que impactam o cenário sociopolítico (ALENCAR, 2012; BORGES, 2009; CHAUI, 2006; LIMA, 2011; 2013; RAMONET, 2013; SILVA, 2009).

Da mesma forma, um conjunto de pesquisas revela, no contexto brasileiro, a influência de famílias específicas em esferas estratégicas de poder. Trata-se das investigações desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP), que, há mais de trinta anos, se debruça sobre o atravessamento dos interesses familiares em diversas instituições, com atuações privilegiadas nos poderes legislativo, executivo e judiciário, além de cartórios, tribunais de contas, bancos, canais de mídia, ministérios, esportes, entre outros (COSTA, 2023; GOULART, 2015; LAIBIDA, 2019; OLIVEIRA, 2001, 2004, 2007, 2014, 2018; PRADO JR., 2023; SILVA & OLIVEIRA, 2024).

Nesse viés, que abordamos criticamente a concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucas famílias, como a do Grupo Massa, ao examinar a relação da família Massa, com a mídia e o poder político, apontando o impacto desse fenômeno no Paraná. O estudo de caso focou nos aspectos genealógicos e prosopográficos da família, especialmente nas figuras do Carlos Massa e do Carlos Massa Júnior (pai e filho), investigamos as origens, formação,

profissões, classe social, cargos políticos, os principais empreendimentos e a relação constituída com o campo político.

O artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. Na primeira seção organizamos um debate teórico com foco na mídia e no poder político. Na segunda apresentamos um corpus teórico sobre as relações de poder familiar com descrições da família Massa e os meios de comunicação. Na terceira seção apontamos para os aspectos biográficos dos agentes estudados e a influência das relações de familismo na captação e ampliação do poder. Por fim, ressaltamos os principais aspectos do campo investigado e consideramos que os meios de comunicação compostos pelo Grupo Massa promovem uma unilateralidade na opinião, fortalece a influência e os arranjos políticos dessa família em prol dos seus interesses.

O cenário é de reforço da ordem dominante, com cooptação do espaço público para interesses privados, vínculos personalistas e práticas de nepotismo, o que fortalece a cultura política conservadora do estado. Há uma expansão do imaginário alinhado à extrema direita, contrário às demandas plurais e coletivas, engessamento da opinião pública, restrição do debate e redução do ambiente democrático.

As mídias, o familismo e o poder político

Englobamos neste texto questões acerca da mídia, do poder e da sociedade, centrais nos dias atuais, um tema que não se esgota. Nesse universo, chamamos a atenção para as relações de familismo no Brasil em paralelo com a mídia, o poder político e as consequências para o ambiente democrático.

A palavra "mídia", de origem latina, significa "meio" e, no contexto brasileiro, refere-se ao conjunto de meios que veiculam a comunicação. A comunicação é um conceito complexo e multidimensional, situado na confluência de diversas áreas do conhecimento, como a política, a psicanálise, as ciências sociais e outras, que a investiga "muitas vezes sem uma maior articulação entre elas" (MARTINO, 2021, p. 15).

No que tange a comunicação, teóricos como Adorno e Horkheimer (1944), da Escola de Frankfurt, desenvolveram uma crítica à comunicação veiculada pela indústria cultural e aos efeitos do capitalismo na cultura. Walter Benjamin (1936), analisou o impacto das transformações tecnológicas, o que permitiu a reprodução em massa dos conteúdos estéticos. Bourdieu (1930), ao explorar os meios, ressalta o poder simbólico imposto pela televisão.

Foucault (1998), revela procedimentos externos de controle do discurso, sua intencionalidade e seu poder. Ramonet (2013) aponta para o perigo do oligopólio dos meios de comunicação em termos de fragilização da democracia.

Para Martino (2021), a comunicação abarca desde interações simples, como uma conversa, até práticas complexas de compartilhamento de informações que moldam a sociedade. McQuail (2013) reforça essa perspectiva, ampliando a compreensão da comunicação como um processo fundamental que conecta a sociedade e a cultura em múltiplas interações. Quando uma organização utiliza tecnologia para transmitir mensagens a grandes e diversificados públicos, de forma unidirecional, com o objetivo de informar, entreter ou influenciar constitui a comunicação de massa ou “*mass media*”, refere-se a livros, jornais, cinema, rádio, televisão e internet; meios fundamentais para a formação da opinião pública. McLuhan (1964) vê os meios de massa como uma extensão humana capaz de afetar a percepção e a interação dos indivíduos com o mundo.

No Brasil, um país marcado por grande e contínua desigualdade social, os princípios democráticos do pluralismo de informações são majoritariamente fragilizados pelo fato de os meios de comunicação se traduzirem em monopólios oligárquicos controlados por grupos familiares. Mais de 70% da comunicação é controlada por poucas famílias que possuem grandes conglomerados de mídia. Com o objetivo de identificar as famílias que compõem os principais grupos midiáticos, em 2017, a MOM-Brasil (Media Ownership Monitor), em parceria com a ONG brasileira Intervezes e os Repórteres Sem Fronteiras, mapeou os maiores veículos de comunicação no Brasil, abrangendo TV, rádio, mídia impressa e online. Constataram que cinco famílias controlam 50% dos principais veículos de comunicação do país (CARTA CAPITAL, 2017).

QUADRO 1- FAMÍLIAS E SEUS IMPÉRIOS DA COMUNICAÇÃO

Família Marinho	Grupo Globo
Família Saad	Grupo Bandeirantes de Comunicação
Família Macedo	Grupo Record
Família Sirotsky	RBS
Família Frias	Grupo Folha
Família Abravanel	Sistema Brasileiro de Televisão (SBT)

Fonte: CARTA CAPITAL (2017)

No quadro apresentamos os grandes impérios da comunicação. Embora existam outras famílias possuidoras de monopólios midiáticos, o ponto fundamental é que essas cinco famílias controlam mais da metade dos principais veículos de comunicação do país. Essa concentração resulta na produção da maior parte da informação acessada pela população, limitando a diversidade de vozes na mídia e influenciando fortemente o conteúdo que chega ao público. Nesse aspecto, analisar o cenário da comunicação no país implica em considerar os nomes e sobrenomes de quem comanda e transmite seus negócios e interesses de geração em geração.

Aos exemplos detalhados, acrescentamos as seguintes famílias também ligadas aos meios de comunicação: família Alzugaray (revista Isto É); família Câmara (Grupo Jaime Câmara); família Civita (Grupo Abril); família Faria (Conglomerado Alfa); família Machado de Carvalho (Grupo Jovem Pan); Marcelo de Carvalho (Grupo Amilcare Dallevo /RedeTV); família Medioli (Grupo Sada/Grupo Editorial Editora Sempre); família Mesquita (Grupo OESP - Estado); família Rocha dos Santos (Grupo Ongoing-Ejesa) (MOM, 2017).

A maior parte da comunicação que circula no Brasil, seja por meio de jornais impressos, emissoras de rádio, televisão ou revistas, pertence a algumas dessas famílias. Esses grupos frequentemente se fundem, passam por aquisições e vendas, abrem e fecham novas empresas, controlam concorrentes e se diversificam no setor. O domínio exercido no mercado leva, obviamente, à valorização dessas empresas. Na maioria dos casos, os grupos/famílias possuem mais de um meio de comunicação, controlando empresas de televisão (aberta e fechada), rádios, jornais, portais de notícias na internet, revistas e outros.

A família Marinho é um dos exemplos mais expressivos de propriedade de meios de comunicação. A atuação no setor teve início em 1911, com Irineu Marinho, filho de um contador e empreiteiro de obras, que fundou, em 1925, o jornal O Globo. Hoje, o conglomerado ocupa a 17ª posição entre os maiores do mundo, sendo a segunda maior rede de televisão do planeta.

A família controla empresas em diversos ramos, como TV aberta, TV fechada, marketing, produção, retransmissão por satélite, TV a cabo, jornais, revistas, editoras, rádios, operadoras de cabo, websites, portais de internet, telecomunicações, produção cinematográfica e produção musical. Esse fenômeno de concentração de poder midiático, exercido pela família Marinho, é denominado de propriedade cruzada. Trata-se de um

fenômeno perverso, pois cria na população a percepção de diversidade informativa, embora a produção de conteúdo venha de uma fonte única.

O Grupo Globo exerce um grande poder político no Brasil, influenciando a formação da opinião pública e a definição de agendas políticas. Como um dos maiores conglomerados de mídia, a emissora tem a capacidade de moldar percepções eleitorais e políticas, sendo uma formadora central de opinião. Sua relação próxima com o poder político tem sido alvo de críticas, especialmente por proteger interesses corporativos e alinhar-se com determinados projetos políticos, como no período da ditadura militar e em várias eleições presidenciais que reconfiguraram os rumos políticos do Brasil. A Rede Globo de Televisão também exerce significativa influência na construção de narrativas sobre temas como corrupção, economia e direitos humanos, impactando diretamente o debate público e o ambiente democrático.

O cientista político Wanderley Guilherme dos Santos (2006) caracterizou a mídia brasileira como um tipo de escudeira das elites conservadoras, seus argumentos direciona a compreensão de que ela tem funcionado como um grande partido político, muito próxima ao Estado, resistente à democratização e à republicanização do país. Envoltos pela estrutura familiar citada, esses grupos constituem parte da elite nacional, que, dentro das instituições estatais e das empresas privadas, se perpetuam. É nesse viés que a família se torna uma das principais categorias explicativas da sociedade brasileira, em um processo marcado também pelo atravessamento nas esferas estatais (OLIVEIRA, 2001; 2004; 2007; 2017; 2018).

Os meios de comunicação nas esferas locais são subcampos desse conglomerado maior, desempenham um papel central na formação da opinião pública regional e no apoio às pretensões de determinados agentes. Eles favorecem, sobremaneira, a articulação política e organizam o espaço político, permitindo que, ao longo do tempo, assumam a função de intermediadores das bases políticas nas regiões interiores, fortalecendo o municipalismo na esfera política, trata-se de uma cultura política não institucionalizada e organizada por meio da influência de grupos familiares na escala local, com fortes níveis de clientelismo e enfraquecimento do individualismo.

Soma-se ao exposto a predileção desses agentes políticos por organizações centristas e de direita, com ligações estreitas com sindicatos patronais de viés conservador moderado. Essa ideologia é amplificada por essas mídias, cujos meios organizacionais se mostram particularmente influentes. Trata-se de um mecanismo pelo qual esses grupos se mantêm no poder, utilizando caminhos conhecidos para reduzir as incertezas diante de um novo quadro

político que possa questionar as concessões públicas de radiodifusão, consideradas como "licenças definitivas" para o uso da comunicação.

Em outras palavras, há décadas as mesmas e principais famílias da classe dominante monopolizam quase o total do espectro magnético de radiodifusão de propriedade pública, com licença para uso concedida pelo Estado, e se organizam por meio de um nepotismo esclarecido. Isso favorece a atuação desses empresários, agentes da esfera privada, na produção e concentração da comunicação e da informação tanto em nível nacional quanto local. Isso ocorre primeiro por existir no Brasil um silêncio sobre a não existência no país de uma regulamentação específica para a mídia. Sem esse dispositivo legal a democratização da comunicação se torna impossível. A ausência de um marco regulatório favorece o aparelhamento privado dos meios públicos de comunicação, comprometendo a liberdade comunicativa e, conseqüentemente, a ampliação democrática.

A regulamentação dos meios de comunicação é uma das estratégias capaz de possibilitar “que diferentes perspectivas possam vir à tona nos processos de deliberação e decisão, que tornam possível a crítica e o controle dos atos do Estado” (OLIVEIRA, 2019, p. 61). Embora exista no Brasil um sistema público de televisão que é representado pela Rede Brasil de Televisão, alguns canais de televisão e rádios vinculados às Universidades Federais, o investimento destinado pelo Estado para esses meios é escasso. Além disso, esses veículos dispõem de uma fatia mínima do espectro de radiodifusão para a transmissão de seus conteúdos, o que limita o alcance das informações e enfraquece sua atuação.

O estado do Paraná é um exemplo da lógica nacional na escala local, com uma série de jornais vinculados aos interesses dos governantes estaduais. Em termos históricos é exceção o primeiro jornal do estado, ainda quando o Paraná era uma província, que teve sua subvenção estatal cortada por não compactuar com os interesses do dirigente da província (SILVA, 2018). Em 1953, alguns empresários e políticos paranaenses, como Raul Vaz, Gastão Chaves, Alexandre Gutierrez, Mário Hipólito César e Nagib Chede, associaram-se e registraram a Rádio e Televisão do Paraná S.A. (DELLA COSTA, 2004).

Os maiores jornais impressos de Curitiba, "A Gazeta do Povo", fundado em 1919 e com 50% de seu capital adquirido pela abastada família Lupion, e "O Estado do Paraná", fundado em 1951 para sustentar politicamente o governador Bento Munhoz da Rocha Neto, clareiam essa relação entre famílias e poder político. Na década de 1960, ambos os jornais foram vendidos: "A Gazeta do Povo" foi adquirido pela família Cunha Pereira, enquanto "O

Estado do Paraná" passou para a família Pimentel, junto com a "Tribuna do Paraná", meios centrais na eleição de Paulo Pimentel para governador. Ambas as famílias formaram conglomerados midiáticos (OLIVEIRA FILHA, 2004).

Jornais, rádios e redes de televisão afiliadas ao SBT em diversos municípios compunham o Grupo Paulo Pimentel. Devido a uma crise, os canais de TV foram vendidos a Carlos Massa em 2007, que havia sido repórter e apresentador de uma rede de TV pertencente a outra família política do Paraná, a família Martinez, com a qual estabeleceu laços de amizade. Carlos Roberto Massa, popularmente conhecido como Ratinho, nasceu em 15/02/1956 no estado de São Paulo, filho de agricultores que se mudaram, com toda a família, para o norte do Paraná em busca de terras férteis para o cultivo de café.

Ascensão Econômica e Mídia: a entrada da família Massa na política paranaense

No estado do Paraná, a relação entre mídia e poder político encontra um exemplo contemporâneo e emblemático na emergente família Massa. Zapani (2020), em estudo biográfico sobre o principal ícone da família, Carlos Massa, aponta a singularidade de sua ascensão econômica expressiva ao longo de menos de quatro décadas. Apesar de sua origem popular e da ausência de vínculos matrimoniais com herdeiras de famílias tradicionais, a Família Massa conseguiu consolidar uma posição de destaque econômico e político. Atualmente, a família, representada na política pelo Carlos Massa Júnior do Partido Social Democrático (PSD), de centro direita, figura no mais alto escalão da política paranaense, tendo conquistado por dois mandatos consecutivos a cadeira no governo estadual.

A trajetória da família Massa é particularmente singular em virtude do contexto histórico, social e político do Paraná, que reflete a estrutura de parentesco sócio-histórica nacional. A sociedade paranaense foi moldada por uma densa rede de relações de poder baseada na propriedade do latifúndio, na concentração do capital financeiro e político com conexões familiares, cuja influência se estende por mais de 171 anos, com domínio quase exclusivo das famílias tradicionais dominantes, construindo uma maquinaria política familiar. Essas conexões não apenas moldaram o cenário político estadual, mas continuam a influenciar a participação de atores políticos e suas trajetórias pessoais e familiares na formação contínua do estado. Como observa Oliveira (2001, p. 1), a sociedade paranaense é "um todo estruturado temporalmente, a partir de regras e relações entre seus componentes e seu contexto-cenário".

Esse cenário envolve os projetos das classes dominantes, geralmente alinhados aos projetos políticos das elites paranaenses ao longo das gerações. Tais projetos organizam sistemas de dominação econômica e controle social que atravessam gerações, desde as sesmarias até os dias atuais, revelando a contínua dependência estrutural das famílias tradicionais em relação ao Estado (OLIVEIRA, 2001; OLIVEIRA, 2011; OLIVEIRA, 2015). A estrutura da classe dominante se recompõe no Estado, com poucas exceções, em seu ciclo de vida organizam-se na metamorfose burguesa, adaptando-se a circunstâncias históricas, sociais e políticas para a apreensão de mais capitais capaz de serem convertido em recursos. Essas famílias são reconhecidas, em sua tipologia genealógica, como Classe Dominante Tradicional (CDT), cujas histórias públicas e privadas se entrelaçam com as mais diversas instituições estatais, formando e construindo as bases de sustentação nas quais permanecem e atuam (OLIVEIRA, 2012).

Logo, a sua participação no campo político demonstra a interferência dos projetos e interesses privados das redes familiares tradicionais de cada região paranaense, que atuam como nichos eleitorais e pontes políticas, indicando, de certa forma, uma politização das relações sociais dessas redes com possibilidades de alcance nacional (CANÊDO, 2005 *apud* OLIVEIRA *et al.*, 2017). Agrega-se ser um campo essencialmente elitista, pouco aberto a conceder maiores oportunidades a outros estratos sociais.

Em uma sociedade estratificada como a brasileira, o casamento é um modo dos indivíduos de estrato econômico médio, que em sua trajetória conseguiu conquistar um tipo de capital relacionando o que Maquiavel (1996) denomina por *virtù* e *fortuna*, que os favorecem a galgar espaços hierarquizados no campo social vivenciado pela CDT, o que exige um conjunto de capitais, impossíveis de serem reunidos por quem está fora do campo. Goulart (2016), chama a atenção para o casamento como um elemento estrutural nas conexões que envolvem as famílias tradicionais, primeiro porque produz um laço familiar que abre as possibilidades para o acesso a distintos capitais, segundo, porque organiza alianças que se retroalimentam na junção dos interesses comuns.

Seguindo essa lógica explicativa de concentração, manutenção e proteção dos acessos aos meios que favorecem o exercício de poder pela classe dominante tradicional, na apresentação do livro *Família importa e explica: instituições políticas e parentesco no Brasil*, Francisco Antonio Doria, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), inicia sua discussão sobre ‘Os genes do poder’, observando que o núcleo duro da classe dominante

brasileira carrega esses genes do poder desde o seu nascimento, por meio de uma espécie de hereditariedade. O autor também conclui que essa rede sustenta e mantém um emaranhado de parentesco ao qual pertence, configurando, portanto, uma grande e estruturada família (DORIA, 2018).

Sem família tradicional e sem acesso a famílias tradicionais pelo casamento, a família Massa é denominada por Zapani como *outsiders*, o termo vem do conceito apresentado por Elias e Scotson (2000) em *Estabelecidos e Outsiders*. Na obra citada, os autores traçam uma lógica de configuração social por meio das relações de interdependência entre membros estabelecidos que compartilham uma coesão familiar, e *outsiders* que chegam a um campo social sendo estranhos à comunidade e entre si. Os estabelecidos, assim, compactuam com os mesmos espaços, valores, normas e modos de vida vigentes, enquanto os *outsiders* permanecem distantes dos locais de decisão e afastados dos espaços frequentados pelos estabelecidos.

Um dos espaços controlados pelas famílias dominantes que contribuem para a manutenção de suas hierarquias é o da radiodifusão, constitui uma rede de estabelecidos. Isso porque, apesar de sua universalidade, no Brasil esse setor apresenta características sociais particulares, associadas ao seu desenvolvimento intimamente ligado a raízes familiares com forte viés político. Alguns grupos familiares dominam a mídia desde o século XIX, o que constitui uma das principais características da comunicação no país: um modelo patrimonialista e familiar. A mídia brasileira permanece concentrada nas mãos de famílias de estabelecidos que controlam esses meios por décadas ou até séculos.

Esse cenário expõe um viés específico das mídias no Brasil, que, inclusive, nem sequer é moderna do ponto de vista empresarial, uma vez que dependem da própria sucessão, são empresas de herdeiros, arcaicas. Uma particularidade brasileira, que é uma ameaça à democracia nacional. De fato, mesmo que os monopólios midiáticos sejam proibidos por lei, a regulamentação que poderia combatê-los não é aplicada de maneira efetiva.

Embora seja ilegal, conforme a Constituição, que políticos explorem concessões públicas sujeitas a conflitos de interesse ao serem geridas pelos próprios agentes políticos, as famílias políticas continuam a explorar tais meios apostando na continuidade da seletividade de um sistema de justiça que frequentemente favorece o grande capital econômico, especialmente no setor de comunicação. Não por acaso, o número de proprietários de veículos midiáticos disputando cargos eleitorais aumenta a cada pleito (TERSO, 2022). Não é difícil

compreender essa sucessão se nos debruçarmos sobre os conceitos Elias e Scotson (2000), acima citados.

No que tange à regulação da mídia e aos desafios de sua democratização, a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, gerou grande expectativa entre entidades da sociedade civil que apoiaram sua candidatura. Essas organizações apresentaram propostas que incluíam, entre outros pontos, o fim do monopólio midiático. Contudo, ao longo dos mandatos de Lula e no governo de Dilma Rousseff, tais expectativas não foram concretizadas. Ambos os presidentes enfrentaram obstáculos que os impediram de avançar nessa agenda⁵. Como explica Foucault (2005, p.9) “em todas as sociedades a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes”.

A família Massa, mesmo sendo *outsider*, exemplifica a lógica de articulação dos interesses privados em conexão com questões familiares dos estabelecidos, reproduzindo dinâmicas tradicionais de inserção política. Esse processo inclui o uso de concessões públicas de meios de comunicação como instrumento de consolidação do poder (SILVA, 2018). O capital socioeconômico da família está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento de seu conglomerado midiático, que lhes confere uma posição estratégica no controle da narrativa pública.

O domínio sobre os meios de comunicação permite à família manipular o conteúdo discursivo, exercendo influência nas diversas esferas da vida social. O discurso, nesse contexto, atua como uma ferramenta para controlar, selecionar, redistribuir e, muitas vezes, restringir a ação e a autonomia dos indivíduos. Por se tratar de um mecanismo complexo de instauração da ordem, o efeito do controle pela via discursiva é, por muitas vezes, mais eficaz e mais amplo do que aquele visualizado exclusivamente no exercício das instituições formais de poder (FOUCAULT, 2007; 1999; 1998)

O Grupo Massa experimentou um crescimento exponencial na radiodifusão sonora, expandindo sua rede de emissoras. Em 2020, o grupo contava com 45 rádios distribuídas por nove estados da Federação (PR, SC, RS, SP, MG, ES, RO, MT e MS), consolidando-se como uma rede nacional. A aquisição mais recente foi a Estádio FM, de São Paulo, com um investimento aproximado de R\$ 50 milhões (VOLPATO, 2019). Essa aquisição fez parte da

⁵ Para uma análise mais qualificada, ler “Regulação das comunicações. História, poder e direitos” e “Política de comunicações: um balanço dos governos Lula” (2003-2010) de Venício A. de Lima.

estratégia do grupo para atingir a meta de se tornar a maior rede de rádio do Brasil até o final de 2020 (ZAPANNI,2021).

O Grupo Massa, atualmente, possui cinco emissoras de TV afiliadas ao SBT, incluindo a TV Guará, com filiais em Ponta Grossa e Francisco Beltrão. A rede é a única a cobrir 100% dos 399 municípios do Paraná. Além das emissoras de TV, o grupo integra a Rede Massa FM, com mais de 75 emissoras de rádio espalhadas pelo Brasil, o portal de notícias Massa News, Massa Digital, Soluções Massa e o Instituto Solange Massa. O grupo diversifica a sua atuação em setores como comunicação, administração de marcas, entretenimento, agronegócio, hotelaria, restaurantes, eventos e empreendimentos imobiliários, entre outros (GRUPO MASSA, 2024).

FIGURA 1 - EMISSORAS DE TV DO GRUPO MASSA



FONTE: Site Grupo Massa ⁶

FIGURA 2 - EMISSORAS DE RÁDIO DO GRUPO MASSA



⁶ Disponível em: <https://grupomassa.com.br/#.Acesso> em:08/07/24

FONTE: site Grupo Massa ⁷

O negócio dos Ratos: Desvendando a conexão entre a Mídia e a Política

Temos em conta que um pequeno número de famílias controla os principais veículos de comunicação de massa no estado do Paraná, reforço para a influência econômica e política no estado. A dinâmica familiar e a sua entrada em esferas estratégicas de poder no Brasil, com ênfase no Estado, é tema de estudo do Núcleo de Estudos e Pesquisas Paranaenses (NEP). Por meio de abordagens críticas, o NEP se dedica as questões das relações de poder e da organização das classes dominantes. Inicialmente concentradas no Paraná, essas pesquisas ampliaram-se para outros contextos geográficos.

No âmbito das famílias de poder no estado do Paraná, na atualidade a família Massa vem sendo observada pelos pesquisadores do NEP, acentua-se as pesquisas de Zapanni (2021) e de Menequini (2024), que chamam atenção ao fato de existir um desvio no percurso desse clã por serem *outsiders* e não estabelecidos no espaço tradicional do estado. Ser proveniente de uma família tradicional é um dos requisitos para o acúmulo de capitais no país, o que não faz parte da história desse grupo que em poucas décadas alcançou grande poder econômico e influência política.

Esse avanço foi sustentado pela consolidação das relações de amizade estabelecidas por Carlos Massa durante seu período como empregado da Rede de Comunicação OM, então propriedade da tradicional família Martinez. A entrada profissional nos meios de comunicação proporcionou acesso a essa influente família, que, além de sucesso empresarial, controlava um conglomerado midiático e exercia significativa influência em cargos públicos e instituições estaduais (MENEHINI, 2024; ZAPANNI, 2021).

⁷ *Idem.*

A inserção ou proximidade com a classe dominante não deve ser vista como uma simples eventualidade, porém como uma conversão de capital. Relações como as de amizade atuam como verdadeiras janelas de oportunidade, constituindo-se em um padrão moral que confere sentido às interações sociais, assemelhando-se também a uma dádiva. De acordo com Marcel Mauss (2003), a reciprocidade existente nas trocas arcaicas configurava um sistema de dádiva, considerado um fato social. Esse sistema, mais do que meras trocas de presentes, consistia em prestações e contraprestações de prestígios que promoviam novas alianças e fortaleciam as antigas.

O sistema descrito baseia-se em trocas de dádivas que vão além de presentes materiais, funcionando como uma dinâmica de prestígio e reciprocidade que fortalece alianças e relações sociais. Sustentado pelas obrigações de dar, receber e retribuir, ele impõe riscos à honra e à posição social de quem não cumpre essas regras. A generosidade e a capacidade de retribuir são fundamentais para manter o prestígio e evitar penalidades sociais. Nesse contexto, presentes, acordos e apoios políticos consolidam redes de poder e influência, conectando diferentes esferas sociais e econômicas (MAUSS, 2003).

De certo modo, a trajetória da família Massa representa a emergência de agentes que exercem um conjunto de práticas no lugar certo e na hora certa, resultando em uma ascensão oriunda das articulações realizadas no interior de uma esfera de poder que não está desvinculada da classe dominante. Isso ocorre porque a arquitetura das classes dominantes paranaense para a conquista do poder depende de disputas condicionadas ao nível de proximidade com os poderes econômico, político e jurídico (OLIVEIRA, 2001).

O conjunto de práticas exercidas confere aos agentes sociais suas chances de mobilidade no jogo de poder. Essas práticas definem a posição relativa que o sujeito ocupa em relação aos demais. Ainda que o campo do poder tenda à reprodução, ele também possibilita rupturas. A possibilidade de ruptura ou transformação do campo, conforme indicado por Bourdieu (1997; 2003), está associada à ideia de que a estrutura é, ao mesmo tempo, estruturada e estruturante. Isso ocorre por meio de diferentes formas que permitem a ascensão de outros agentes a um campo específico, como Ratinho fez ao participar da ortodoxia, reproduzindo a lógica dos que falam em nome da *doxa*.

Para Bourdieu (1997, p. 292), uma trajetória pode ser entendida como “a série das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos”. Nessa perspectiva, os eventos biográficos e seus respectivos

significados podem ser compreendidos dentro de um contexto no espaço social, ou seja, dentro de uma estrutura de distribuição de diversos capitais (econômico, político, cultural, entre outros), que legitimam ações em um determinado campo.

Ademais, é importante considerar que os objetivos não alcançados pela família Martinez, que enfrentou um processo de decadência, contribuíram como mais um fator para a ascensão da família Massa, tanto no campo político quanto no empresarial. Atualmente, os Massas sinalizam a intenção de disputar a presidência da República nas eleições de 2026, ampliando ainda mais a projeção no cenário político nacional.

A família é originária do estado de São Paulo (SP), muda-se para o Paraná, onde começa a organizar sua trajetória socioeconômica na cidade de Jandaia do Sul, Carlos Roberto Massa, considerado o ícone da família pela conquista da fama nacional, nasceu em Águas de Lindóia (SP), em 15 de fevereiro de 1956. Iniciou sua trajetória profissional como comerciante ainda em Jandaia do Sul. Desempenhou diversas atividades até ser convidado para trabalhar em uma emissora de rádio local.

Com a popularidade conquistada no estado do Paraná, enveredou na política e foi eleito vereador em 1976, pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido que serviu como base de sustentação do governo militar. Exerceu o cargo de deputado federal pelo Paraná de 1991 a 1995, foi vereador em Curitiba de 1989 a 1991 e em Jandaia do Sul de 1977 a 1988. Em 1986, enfrentando dificuldades financeiras, mudou-se com sua família para Curitiba, onde começou a trabalhar na radiodifusão. Nessa época, participou de emissoras de rádio com programação assistencialista e de perfil “policialesco” (VARJÃO, 2008).

Ratinho iniciou sua carreira televisiva no final da década de 1980, na Rede OM, posteriormente renomeada Central Nacional de Televisão (Rede CNT). Lá, atuou como repórter policial no Programa Cadeia, comandado pelo ex-deputado Luiz Carlos Alborghetti (1945-2009). O programa apresentava um estilo policialesco caracterizado por vulgaridade, violência, provocação e até mesmo a utilização de cassetetes durante as exibições, com forte tom desmoralizador.

Ratinho foi, de certa forma, um seguidor de Luiz Carlos Alborghetti, adotando um estilo sensacionalista, discriminatório e vulgar. Segundo Alborghetti (2007b), foi a exposição de Ratinho no *Programa Cadeia* que possibilitou sua eleição para os cargos de vereador e deputado federal pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN). De orientação conservadora e

neoliberal, o PRN ganhou maior reconhecimento público durante a eleição do ex-presidente Fernando Collor de Mello.

Com o encerramento de sua carreira política, Ratinho passou a se dedicar exclusivamente à comunicação. Em setembro de 1997, ingressou na Record, onde estreou o programa *Ratinho Livre*, em pouco tempo, o programa alcançou índices de audiência comparáveis aos expressivos índices da Rede Globo de Televisão (Globo) e do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). Logo, foi convidado para o SBT e destacou-se no cenário televisivo nacional com o *Programa do Ratinho*. Tais programas divulgam violência e criminalidade, em grande medida, apartados do horizonte ético que deveria guiar a prática jornalística (ZAPANI, 2020). Posteriormente, fundou o Grupo Massa.

Em novembro de 2007 adquiriu do ex-governador Paulo Pimentel, por cerca de R\$ 70 milhões (cifras advindas da venda de sua fazenda em Mato Grosso), as redes de TV integrantes de seu grupo de comunicações composta pelas emissoras TV Iguazu (Curitiba, fundada em 1967), TV Tibagi (Apucarana), TV Naipi (Foz do Iguazu) e TV Cidade (Londrina), retransmissoras do SBT, que serviram de base para a formação da Rede Massa de Televisão. (ZAPANI, 2020, p.78)

Respalhado principalmente pela sua propriedade de mídias, é perpetuado na política por meio do filho primogênito, Carlos Roberto Massa Júnior (Jandaia do Sul, em 19 de abril de 1980), também conhecido como Ratinho Júnior, atual Governador do estado do Paraná. O filho, amplamente conhecido no estado como "Ratinho Júnior", é neto de Domingos Massa e Maria Talarico Massa, sua mãe é Solange Martinez Massa. Nascido em Jandaia do Sul, em 19 de abril de 1981 é casado desde 2003, com Luciana Saito de Azevedo Massa, com quem tem três filhos: Alana, de 21 anos; Yasmin, de 17 anos; e Carlos Roberto, de 13 anos.

Ratinho Júnior iniciou sua carreira profissional como sonoplasta no Grupo Massa, empresa de propriedade de seu pai, e também apresentou o programa Microfone Aberto na Rádio Massa FM, em Curitiba. Em 2004, graduou-se em Marketing e Propaganda pela Faculdade Internacional de Curitiba (FACINTER) (ZAPANI, 2021). Em 2002, contando com o apoio significativo das empresas do pai foi eleito deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) para a 15ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP), com 189 mil votos, contando com apoio financeiro de empresas de propriedade de seu pai, Carlos Alberto Massa. No entanto, em 2003, Ratinho Júnior decidiu abandonar o PSB e se filiou ao Partido Popular Socialista (PPS), onde, no ano seguinte, assumiu a vice-liderança do partido, concomitantemente com a conclusão de sua graduação.

Em 2006, Ratinho Júnior foi eleito deputado federal pelo PPS, alcançando a segunda maior votação do estado, com 205.286 votos. Após a eleição, sua filiação partidária novamente mudou, desta vez para o Partido Social Cristão (PSC), no qual assumiu a presidência do diretório estadual e a vice-presidência da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. (ZAPANI, 2020). Exerceu dois mandatos consecutivos como deputado federal de 2007 a 2011 pelo Partido Popular Socialista (PPS) e de 2011 a 2015 pelo Partido Social Cristão (PSC) (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2024). Entre 2011 e 2018, atuou como Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano do Paraná (SEDU) na gestão do governador paranaense Carlos Alberto Richa.

O ano de 2010 foi marcado pela reeleição de Júnior, agora pelo PSC, com a maior votação da história do Paraná, alcançando quase 360 mil votos. Durante a 54ª legislatura, ele foi eleito líder da bancada do PSC e manteve sua atuação na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Após as eleições municipais de 2012, se licenciou de seu mandato para disputar a Prefeitura de Curitiba. Embora tenha vencido o primeiro turno, foi derrotado por Gustavo Fruet no segundo.

Em 2013, licenciou-se novamente do cargo de deputado federal para assumir a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano do Paraná (SEDU), na gestão de Beto Richa. Ele ocupou o cargo até 2014, quando se afastou para concorrer a uma vaga na Assembleia Legislativa do Paraná. Nesse pleito, Ratinho Júnior foi reeleito deputado estadual com a maior votação do Brasil naquele ano, superando 300 mil votos. Desde 2016, é filiado ao Partido Social Democrático (PSD) (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, 2024). Durante seu mandato na Assembleia Legislativa, foi vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Companhia Paranaense de Energia (COPEL).

Durante seu segundo mandato, licenciou-se novamente para reassumir a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, cargo que manteve até setembro de 2017 (HOLDORF, 2023). Em 2018, o filho de Carlos Massa, foi eleito governador do Paraná pela coligação Paraná Inovador, obtendo 59,99% dos votos válidos e reeleito em 2022, com uma votação ainda mais expressiva, alcançando 69,44% dos votos, tornando-se o 57º governador do estado do Paraná, com Darci Piana (PSD) como vice-governador (GIOMBELLI; HAMMES, 2022).

Sua trajetória é marcada por uma ascensão política rápida, movimentações estratégicas entre partidos e uma série de controvérsias e acusações de corrupção que

permeiam sua carreira. Sua habilidade em conquistar votos e exercer influência política, juntamente com as constantes mudanças partidárias e as implicações legais, revelam um perfil político adaptável, com perfil ético questionável influenciado pelas flexibilidades que o poder econômico e a ascensão política lhe favorecem.

O entendimento das representações individuais desse agente, à sua práxis e sua inserção no espaço hierarquizado desse campo, perpassa pelo entendimento de sua trajetória, os capitais que já possuía como herança paterna e a conversão desses capitais dentro do campo supracitado (BOURDIEU, 1997a). Para o Júnior a propriedade da mídia desempenhou um papel crucial na reeleição ao governo. Com uma ampla coligação de seis partidos, garantiu o maior tempo de propaganda eleitoral no rádio e na televisão durante a campanha, contou com cerca de 9 minutos diários de inserções e 6 minutos e 31 segundos no programa eleitoral exibido de segunda a sábado, totalizando 15 minutos e 31 segundos de exposição diária. Em comparação, seus concorrentes dispunham juntos de apenas 5 minutos de inserções e 3 minutos e meio no programa eleitoral (PEREIRA, 2022).

O apoio de veículos locais, como a Rede Massa de Comunicação, ampliou a sua visibilidade e fortaleceu sua imagem junto ao eleitorado. Essa combinação de tempo de mídia e suporte de redes regionais foi crucial para consolidar sua liderança e garantir sua reeleição no primeiro turno (PEREIRA, 2022). Sendo claro a lógica ao qual esse meio de comunicação tendeu, até mesmo o modo personalista pelo qual apresentava o candidato proprietário e desqualificava a oposição. A mídia influenciada por esse viés político e pressionada economicamente – exerce uma violência simbólica, com cumplicidade tácita de quem sofre e muitas vezes de quem exerce (inconscientemente) o poder (BOURDIEU, 1997b).

Segundo o UOL, Ratinho Júnior declarou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) um total de R\$8,84 milhões em bens, incluindo quotas da empresa Massa e Massa Comunicação LTDA. Esse valor é inferior ao declarado no pleito de 2018, quando Ratinho Júnior informou R\$13,43 milhões em bens, quantia que, atualizada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), chegaria a R\$17 milhões. Assim, o patrimônio apresentado por Ratinho Júnior nestas eleições representa apenas 52% do valor declarado em 2018, conforme os valores corrigidos (UOL, 2022). Mesmo a família tendo ampliado e diversificado os negócios e as propriedades.

Ratinho Júnior enfrentou acusações em 2014, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), relacionadas a uma suposta fraude na prestação de contas de sua campanha eleitoral de 2002,

na qual omitiu doações no valor de R\$80 mil (RPC, 2014). Em 2021, o governador também foi alvo de uma escuta telefônica, na qual ofereceu ajuda a Celso Pozzobom (PSC), investigado por desviar R\$19 milhões da Fundação Municipal de Saúde (METRÓPOLIS, 2022).

Em 2022, uma audiência pública promovida pelo Sindicato dos Policiais Penais (SINDARSPEN), em parceria com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, discutiu a política de terceirização no Paraná, que envolvia atividades típicas do Estado. O evento destacou a falta de concursos públicos para a contratação de policiais penais (SINDARSPEN, 2022). Como resultado dessas denúncias, em 2023, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) determinou, por medida cautelar, a suspensão da licitação promovida pelo governo para terceirizar serviços atribuídos a policiais penais (GAZETA DO POVO, 2024).

A ausência de concursos públicos para funções essenciais, como as de policiais penais, não apenas desrespeita leis trabalhistas, mas também compromete a segurança pública e a eficiência dos serviços. Nos meios de comunicação da família, dentre os noticiários, parte da programação é utilizada para defender os programas de governo do proprietário da mídia, a terceirização é defendida e frequentemente justificada como uma estratégia para reduzir gastos públicos, embora silencie sobre a insegurança do desemprego entre os trabalhadores, além de ocultarem a precarização das condições laborais que ocorre nesses processos. É o que Bourdieu (1997b) vai chamar do que se “oculta mostrando”, apresentando algo diferente ou mesmo dando outro sentido diferente da realidade. Nesse aspecto, o autor dá ênfase a arbitrariedade e o poder inserido nas mãos do apresentador e mediador, que é o responsável por distribuir a palavra, determinar o tempo e sinais de importância.

Ignácio Ramonet (2013), ao analisar a situação da mídia na França — uma análise aplicável a outros contextos, como o Brasil —, ressalta as dificuldades enfrentadas pelos cidadãos em confiar nos meios de comunicação. Ele aponta que esses veículos estão cada vez mais subordinados ao poder econômico, que influencia decisivamente os processos eleitorais ao financiar campanhas e garantir que os eleitos defendam os interesses dos grandes grupos econômicos nas casas legislativas. Entre as consequências dessa concentração de propriedade midiática está a restrição de acesso à esfera pública apenas às vozes controladas pelos oligopólios da comunicação.

Em síntese, o jogo político que caracteriza grande parte dos jornalismo, operado pelo grupo Massa, não tem o interesse de mobilizar e politizar, ao contrário, constrói uma realidade do mundo para se chegar a um desengajamento fatalista, favorável à manutenção da ordem estabelecida, principalmente, sobre os menos politizados. Esta é a ação manipuladora dos produtores de televisão (BOURDIEU, 1997b). Foucault (2005), também, explica que o social é delimitado por dispositivos discursivos responsáveis pela manutenção do campo, bem como pela legitimação das relações de poder. As sociedades produzem os seus discursos para manter o bom funcionamento das instituições e para a manutenção de poder, mas com o controle estabelecido pelos agentes que estruturam a sociedade.

A família Massa, defensora da ideologia expressa no que hoje cunhamos por Bolsonarismo, defende pelos seus canais de comunicação a intervenção militar, o fuzilamento de detentos e a limpeza das ruas com retirada dos mendigos. Observamos aqui um retrocesso social e científico, visto que tais lógicas são herdeiras de teorias científicas pretéritas, articuladas entre os séculos XVII e XIX, baseadas principalmente, na antropologia física, no racismo científico e no darwinismo social, incluindo até concepções da limpeza étnica.

Vê-se no jornal Brasil de Fato que “Ratinho usou seu programa “Turma do Ratinho”, na Rádio Massa, para atacar a Constituição Federal e defender uma intervenção militar no Brasil” ao mesmo tempo em que omite suas próprias ilegalidades, inclusive aproximação com o crime organizado e o apoio ao trabalho escravo no país⁸. Reconhecemos, assim, a parcialidade do discurso, que nunca é neutro, para Foucault (2005), ele está sempre vinculado ao poder e ao desejo, ele não é de forma alguma desinteressado, o discurso é o objeto de desejo de muitos.

Sem apreço pela Constituição e pelo Estado de Direito, os detentores do grande capital midiático — como é o caso da família Massa — frequentemente defendem um modelo de "Estado mínimo de direito". Paradoxalmente, essa defesa é acompanhada pela utilização plena do próprio Estado, por esses agentes, para o seu enriquecimento pessoal, ao mesmo tempo em que desqualificam a função social do Estado. Assim, se utilizam do poder da informação para mascarar a realidade social com o uso ideológico dos discursos de

⁸ Para mais informações ver: CARVALHO, Igor. Defensor de intervenção militar, Ratinho deve R\$ 80 milhões em impostos à União. Brasil de Fato – uma visão popular do Brasil e do mundo. 18/02/2021. *Online*, np. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2021/02/18/defensor-de-intervencao-militar-ratinho-deve-r-80-milhoes-em-impostos-a-uniao>>. Sobre apoio a trabalho escravo ver: Disponível em: < <https://www.plural.jor.br/noticias/poder/empresa-trabalho-escravo-financia-ratinho/>> e < <https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2016/07/apresentador-ratinho-e-condenado-por-trabalho-escravo-em-fazenda.html>>

meritocracia e pela busca de benefícios exclusivos, silenciando toda uma rede de apoio no poder sustentado pelo familismo e nepotismo que os beneficiam.

É nesse ínterim que a história da sociedade brasileira reflete nas conjunturas uma estrutura marcada pelo autoritarismo e conservadorismo, onde uma elite antinacional, racista e antipopular tem resistido à democratização dos direitos, à redistribuição da renda e luta pela redução das desigualdades sociais. A eficácia de tal grupo é garantida através da manutenção, controle e redistribuição dos agentes autorizados a proferir e manter o discurso hegemônico e ‘colonialista’ (QUIJANO, 2005), pois os lugares do discurso não estão abertos e penetráveis a todos de forma indiscriminada (FOUCAULT, 1999).

Observamos que a família Massa tem se beneficiado amplamente da trajetória empresarial e midiática consolidada por Carlos Massa. Esse legado tem facilitado a ascensão de seus membros tanto na política, como no caso de Ratinho Júnior, quanto no setor econômico. Inspirada em modelos como o da família Martinez, da qual a família Massa dependeu do fracasso econômico para cooptar seu campo social e construir uma base político-familiar-midiática, que combinou o controle da comunicação e do poder político para o estabelecimento de uma vasta rede de influências. Hoje, configura-se como um dos clãs políticos mais poderosos e emergentes do Paraná, ao mesmo tempo em que controla uma das maiores concentrações de mídia do país.

Esse domínio sobre os setores midiático e empresarial tem sido central para a perpetuação das oligarquias políticas e para a consolidação da sua posição de destaque no cenário local, o que mantém o poder restrito à poucas mãos. Essa lógica se expande do local ao nacional e mesmo com a entrada, restrita, de novos agentes, ou seja, os *outsiders*, esses reproduzem a razão ortodoxa da manutenção do poder arcaico e conservador.

E é nesse sentido que acreditamos no potencial crítico desse texto, que questiona a influência de determinados setores da mídia em dimensões políticas, sociais e simbólicas, articulando à noção do poder familiar. Visto que aqui também observamos um modo de organização e proliferação de discursos colonizados que atendem a produção de fronteiras ideológicas de um grupo que despreza a pluralidade do seu próprio país, em meio a idiosincrasias individuais, estimulando mensagens que investem no confronto e na violência, ao invés se propor a uma visão tolerante das diferenças. Pequenos avanços na inclusão de grupos minoritários geram reações violentas por parte da classe dominante, que mobiliza seus instrumentos culturais e perpetua legados de racismo e aversão à pobreza.

Considerações finais

Nossa análise, inserida em uma pesquisa mais ampla, teve como foco levantar um debate crítico sobre o poder dos meios de comunicação em massa, aliado a investigação genealógica e prosopográfica dos atores políticos/midiáticos da família Massa. Demonstrar assim, como os meios de comunicação exercem uma influência determinante nos processos eleitorais e na perpetuação do poder político dos grupos dominantes.

O objetivo foi integrar à análise ao debate teórico crítico, utilizando autores contemporâneos para explorar as intersecções entre estruturas familiares e o poder midiático, apresentar como esses elementos contribuem para a perpetuação de privilégios e para o fortalecimento dos negócios particulares. A concentração de renda e o poder nas mãos de poucas famílias expõe conexões que perpetuam as desigualdades sociais no país e inviabilizam a pluralidade de vozes.

No campo da mídia, o monopólio comunicacional e a concentração dos meios nas mãos de tais agentes impactam diretamente na formação da opinião pública. Esses grupos controlam o discurso social, restringindo o surgimento de novas perspectivas. No Paraná, por exemplo, o Grupo Massa, aliado à gestão política do governador Carlos Massa Júnior (Ratinho Júnior), exemplifica a influência familiar sobre a mídia e a política. Observamos que ao invés da troca de informações que passam por um filtro mediador com o propósito de contribuir para a construção de uma dinâmica social baseada na pluralidade o grupo fomenta uma cultura reacionária que desarticula interesses coletivos e reforça ideologias conservadoras, neoliberais e autoritárias.

Em diversos setores do estado, desde a educação até a segurança pública, as políticas implementadas pela família Massa revelam os efeitos de uma governança com propensões pessoais e privatistas. Apesar das duras críticas enfrentadas por essas medidas, a posse dos meios de comunicação facilita sua legitimação perante um público amplo. Embora os discursos promovidos pelas mídias pertencentes ao Grupo Massa construam uma imagem de eficiência e modernidade, as ações governamentais frequentemente reforçam as desigualdades e priorizam o lucro de específicos setores e aliados políticos, em detrimento de uma gestão voltada para o bem comum.

A relação entre mídia, esfera pública e democracia neste estudo evidencia a centralidade da comunicação na promoção da homogeneidade das relações. O monopólio midiático no estado do Paraná, aliado ao partidarismo político que exerce compromete a pluralidade de vozes, limitando o debate público e consolidando as classes dirigentes. O que vai na contramão, em termos de ética, estética e benefício potencial, ao uso da comunicação pública como meio de comunicação, solidariedade e conexão social.

A informação transmitida pelo Grupo Massa é majoritariamente dissimulada em favor das paixões e interesses dos seus proprietários, criando um cenário perigoso para o coletivo e para o ambiente democrático. É impossível alcançar uma democracia plena se a voz da informação não representa a maioria, mas sim as inclinações de poucos. Numa circunstancia ideal a promoção da lei de meios poderia contribuir para a ampliação democrática, garantindo a multiplicidade da informação, evitando a partidarização da mídia e o domínio unilateral de determinados projetos políticos. A regulamentação da mídia poderia favorecer o equilíbrio do debate público, dando espaço as minorias silenciadas. Como apontou Araújo (1993), a prevalência do particular sobre o bem público perpetua privilégios e desvirtua os esforços para consolidar uma democracia plural e inclusiva em todos os cantos do Brasil.

No atual contexto, o dilema reside no fato de que a aprovação de uma lei de meios parece remota, a menos que haja uma ampla mobilização popular que pressione nosso Congresso Nacional majoritariamente conservador, liberal e antissocial. Sob o atual cenário da comunicação no país, que se traduz, como exemplificado, em uma instituição tomada por famílias políticas reacionárias, as chances de avanços nesse sentido são escassas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. **Conheça o perfil do novo governador.** Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Conheca-o-perfil-do-novo-governador>. Acesso em: 08 jun. 2024.

ALENCAR, Jakson. **A ditadura continuada:** fatos, factóides e partidarismo da imprensa na eleição de Dilma Rousseff (2012). São Paulo: Paulus, 2012.

ANATEL. **Plano de Uso do Espectro de Radiofrequências no Brasil:** Plano de Uso do Espectro de Radiofrequências para o período de 2021 a 2028. Disponível em: https://www.telesintese.com.br/wp-content/uploads/2021/06/Plano_de_Uso_do_Espectro_Fev_2021.pdf. Acesso em: 20 mai. 2024

ANATEL. Radiodifusão. Disponível em:

<https://www.gov.br/anatel/ptbr/regulado/radiodifusao>. Acesso em: 20 mai. 2024.

APP SINDICATO. **Ratinho Jr. e a shopeezação da educação pública**. Disponível em:<https://appsindicato.org.br/ratinho-jr-a-shopeezacao-da-educacao-publica-artigo-de-luiz-fernando-rodrigues/>. Acesso em: 08 ago. 2024.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. **Biografia de Ratinho Junior**. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/deputados/perfil/ratinho-junior>. Acesso em: 8 nov. 2024.

BERLO, David k. **Processo de Comunicação: Uma Introdução à Teoria e Prática**. Nova York: Holt, Rinehart and Winton, 1960.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Biografia de Ratinho Junior**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/141403/biografia>. Acesso em: 8 nov. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL DE FATO. **O Governo Ratinho Jr. é gestor da violência e do autoritarismo?** Disponível em:<https://www.brasildefatopr.com.br/2024/06/29/governo-ratinho-jr-e-o-gestor-da-violencia-e-do-autoritarismo>. Acesso em: 08 ago. 2024.

BRASIL DE FATO. **Sindicatos denunciam Ratinho Júnior na OIT**. Disponível em:<https://www.brasildefatopr.com.br/2024/06/17/sindicatos-denunciam-ratinho-junior-na-oit>. Acesso em: 08 ago. 2024.

BORGES, Altamiro. **A ditadura da mídia**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**. Sobre a teoria da ação. Papius, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **As contradições da herança**. In: Lins, D. Cultura e Subjetividade. Campinas., Papius, 1997a.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997b.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 6ª ed, 2009.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estudos sobre família, poder e riqueza no Brasil**: uma agenda de pesquisa necessária e urgente. Prefácio. In: Oliveira, Ricardo Costa (Org.), 2018.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Um capital político multiplicado no trabalho genealógico. **Revista Pós Ciência Social**, v.8, n.15, jan./jun., 2011, p.55-74.

CHAUI, Marilena. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CNN BRASIL. **33,7% dos eleitores do Sul preferem Ratinho Jr. para presidente em 2026; 23,4% Lula, diz pesquisa**. Disponível em:<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/337-dos-eleitores-do-sul-preferem-ratinho-jr-para-presidente-em-2026-234-lula-diz-pesquisa/>. Acesso em: 08 ago. 2024.

COSTA, Priscilla Cidral da. **“Família ainda importa”: Gleisi Helena Hoffmann e Maria Aparecida Borghetti –Uma perspectiva sociológica das relações de poder político e familiar no Paraná**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023.

CUT. **CUT e centrais denunciam governador do Paraná, Ratinho Jr, na OIT**. Disponível em:<https://www.cut.org.br/noticias/cut-e-centrais-denunciam-governador-do-parana-ratinho-jr-na-oit-6b26>. Acesso em:08 jul. 2024.

FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. 10. ed. São Paulo: Globo, 2001.

GAZETA DO POVO. **Governo do Paraná nega que a licitação de terceirizados seria para exercer função de policiais penais**. Disponível em:<https://www.gazetadopovo.com.br/parana/governo-do-parana-nega-que-licitacao-de-terceirizados-seria-para-exercer-funcoes-de-policiais-penais>. Acesso em:08 jul. 2024.

GIOMBELLI, Gilvana, HAMMES, Barbara. **Ratinho Junior (PSD) é reeleito governador do Paraná no 1º Turno**. Curitiba, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/eleicoes/2022/noticia/2022/10/02/ratinho-junior-psd-e-reeleito-governador-do-parana-no-1o-turno.ghtml>. Acesso em: 8 nov. 2024.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. “Entre Famílias e Secretarias: análise do arranjo político administrativo do Paraná (1889-1930)”. In: OLIVEIRA, R. C. de (org.). **Estado, Classe Dominante e Parentesco no Paraná**. Blumenau: Nova Letra, 2015, pp. 247-300.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. “As Mulheres na ALEP: uma abordagem prosopográfica”. In: OLIVEIRA, R. C. de (org.). **Nepotismo, Parentesco e Mulheres**. Porto Alegre, RM Editora, 2016, pp. 233-332.

GOULART, 2016; 2015; GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. “Entre Famílias e Secretarias: análise do arranjo político administrativo da Paraná (1889-1930)”. OLIVEIRA, R. C. de (org.). **Estado, Classe Dominante e Parentesco no Paraná**. Blumenau: Nova Letra, 2015, pp. 247-300.

GRILL, Igor Gastal. **Descendentes de imigrantes na política do Rio Grande do Sul e do Maranhão: ascensão social, afirmação eleitoral e cooptação política**. In: Ferretti, Sérgio & Ramalho, José Ricardo. *Amazônia: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural*. São Luís, EDUFMA, 2009, pp. 137-160.

GRUPO MASSA. Sítio Virtual. Disponível em: <https://grupomassa.com.br/#>. Acesso em: 08 jun. 2024.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editorial ANDES Limitada, 1957 [Ed. UFRJ, 1995]

HORTA, Cid Rebelo. **Famílias governamentais de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1956.

HOLDORF, Ruben. **Pai de Ratinho lhe pediu “seriedade”: relembre a trajetória do governador reeleito pelo Paraná**. Gazeta do Povo, Curitiba, 02 Jan. 2023. Perfil, Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/pai-de-ratinho-junior-lhe-pediu-seriedade-relembre-trajetoria-governador-reeleito-parana/> Acesso em: 16 nov. 2024.

ISTOÉ. **Confira as 10 mulheres mais ricas do Brasil segundo a Forbes**. Disponível em: <https://istoedinheiro.com.br/confira-as-10-mulheres-mais-ricas-do-brasil-segundo-a-forbes/>. Acesso em: 08 jul. 2024.

LAIBIDA, Luiz Demétrio Janz. **Raposas e Outsiders no Futebol Paranaense**: um estudo sobre relações de poder e genealogia. Curitiba: Instituto Memória, 2019.

LASSWELL, H. **Estrutura e função da comunicação na sociedade**. In: COHN, G. Comunicação e indústria cultural. São Paulo: Pioneira, 1972, p.105-117.

LIMA, Venício A. **Regulação das comunicações**: história, poder e direitos. São Paulo: Paulus, 2011.

LIMA, Venício A. **A inquestionável partidização da mídia**. São Paulo, revista Teoria e Debate, janeiro, 2013.

MAQUIAVEL, Nicolau: **O Príncipe**. Maria Júlia Goldwasser (trad.). 2 ed.- São Paulo: Martins Fontes, 1996. - (Clássicos) Inclui vida e obra de Maquiavel. ISBN 85- 336-0550-1.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria da Comunicação**: Ideias, conceitos e métodos. Petrópolis: Vozes, 2021.

MAUSS, Marcel, **Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques**. Paris, PUF, 2007 (Trad. Bras. Paulo Neves. São Paulo, Cosac Naify, 2003)

MAYER, Arno. **A Força da Tradição**. Cia das Letras. 1990. Arno Mayer. A Força da Tradição. A Persistência do Antigo Regime.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem** (Understanding Media). New York: McGraw-Hill, 1964.

MCQUAIL, Denis. **Teorias da Comunicação de Massa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

MENEQUINI, Umberto Bittencourt. **Trajatória inicial dos Massa**: explicação social para a construção de um império familiar. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2024.

METRÓPOLES. **Investimento em meios digitais expõe crise de audiência na TV aberta**. Disponível em: <https://www.metropoles.com/entretenimento/televisao/investimentos-no-meio-digital-mostram-tamanho-da-crise-na-tv-aberta>. Acesso em: 08 ago. 2024.

METRÓPOLES. **Ratinho Jr. ofereceu ajuda a prefeito afastado por corrupção, diz site**. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/ratinho-jr-ofereceu-ajuda-a-prefeito-afastado-por-corrupcao-diz-site>. Acesso em: 08 ago. 2024.

MILLS, Charles Wright. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

MONTEIRO, José Marciano. **A Política como Negócio de Família**: os herdeiros e a força dos capitais no jogo político das elites na paraíba (1985-2015). Tese de doutorado. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2016.

MOSCA, Gaetano. **A Classe Dirigente**. In: SOUZA, Amaury de (org.). Sociologia Política. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

MOSCA, Gaetano. **La classe política**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1992.

ELIAS, Nobert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

OLIVEIRA FILHA, Elza Aparecida de. Apontamentos sobre a história de dois jornais curitibanos: "Gazeta do Povo" e "O Estado do Paraná". **Cadernos da Escola de Comunicação**, v. 1, n. 2, 2017. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernoscomunicacao/article/view/1919>. Acesso em: 12 out. 2024.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Família Importa e Explica**. São Paulo: Editora LiberArs, 2018.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de; GOULART, Monica Helena Harrich Silva; VANALI, Ana Christina; MONTEIRO, José Monteiro. Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa. In: **Revista Brasileira de Sociologia**. V. 05, nº 11, set-dez, 2017. Disponível em <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/324>. Acesso em: 10 maio 2024.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Na Teia do Nepotismo**. Sociologia Política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. Insight. 2012.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Famílias, poder e riqueza**: redes políticas no Paraná em 2007. In: **Sociologias**, v. 18, 2007, pp. 150-169.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. In: OLIVEIRA, R. C. de; de O. Salles; J. P. Kunhavalik. **A Construção do Paraná Moderno: políticos e política no Governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: SETI, 2004.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O Silêncio dos Vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná**. Moinho do Verbo Editora. 2001.

PEREIRA, Roger. **Ratinho Junior terá o maior tempo de propaganda no rádio e TV, quase o dobro dos adversários**. Tribuna do Paraná, 20 ago. 2022. Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/eleicoes/2022/ratinho-junior-tera-o-maior-tempo-de-propaganda-no-radio-e-tv-quase-o-dobro-dos-adversarios/>. Acesso em: 8 nov. 2024.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, 2005.

RAMONET, Ignácio. Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados? In: **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo: editora Boitempo, 2013.

Regulação da mídia. Disponível em: <https://conteudo.ebc.com.br/portal/projetos/2016/regulacaodamidia/>. Acesso em: 20 mai. 2024.

RPC PARANÁ. **Deputado Ratinho Júnior vira réu no STF por suposta falsidade ideológica**. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2014/08/deputado-ratinho-junior-vira-reu-no-stf-por-suposta-falsidade-ideologica.html>. Acesso em: 08 jul. 2024.

SERRANO, Pascual. **Desinformação como os meios de comunicação ocultam o mundo**. Rio de Janeiro: Editora Espalhafato, 2010.

SILVA, Carla Luciana. **Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)**. Cascavel(PR), Edunioeste, 2009.

SILVA, Tiago Correia. Comunicação e poder político: um estudo da família Pimentel no Paraná. In: Dossiê Direitos Humanos, Violência e Criminalidade. **Revista NEP -Núcleo de Estudos Paranaenses/UFPR**, v.4, n.2, dez. :Curitiba, 2018, p. 278-290.

TERSO, Tâmara. Eleições 2022: a mídia como palanque II. Políticos Donos da Mídia violam a Constituição e fragilizam a democracia. In: **Le monde diplomatique/Brasil**, 27 set. 2022.

VARJÃO, Suzana. **Micro poderes, macro violências**. Mídia impressa | aparato policial. UDFBA, Salvador -Bahia, 2008.

ZAPANI, André Kron Marques. **Coronelismo eletrônico no Paraná: estado, mídia e parentelas em querelas (nada) rastaqueras**. Orientador: Ricardo Costa de Oliveira. 365f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Curitiba, 2021.



Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses, Curitiba, v. 10, n. 2, dez. 2024
Dossiê Mulheres e Poder Político ISSN: 2447- 5548

Recebido em: 20 out. 2024.

Aceito em: 02 dez. 2024.